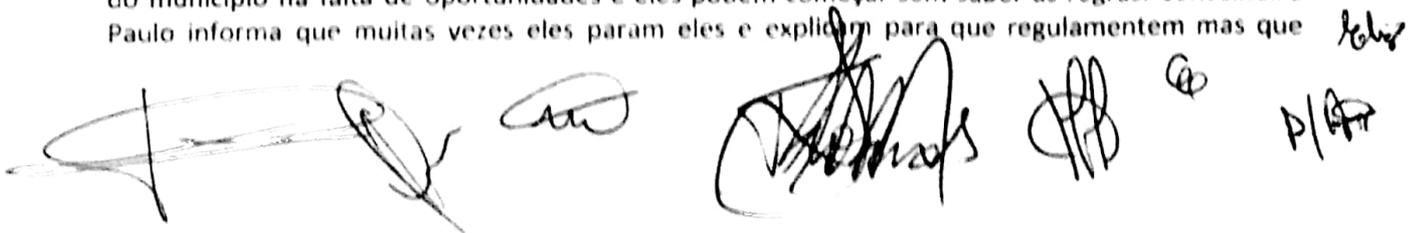


**ATA Nº 05/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS.**

Aos vinte e um dias do mês de maio, às dezesseis horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos, localizada na rua 1822, nº 1510, Balneário Camboriú, os **conselheiros**: Tatiane Aparecida Martins do Rosário (Titular/Secretaria de Educação); Victor Moreira de Moraes Lopes (Titular/Secretaria de Saúde); Monalisa Lunardelli (Suplente/Secretaria de Saúde); Paulo Roberto de Souza (Titular/Secretaria de Inclusão Social); Taisa de Oliveira Duwe (Titular/Procuradoria Geral); Talita da Silva (Titular/OAB); Débora Zomer Gomes Veber (Titular/Biblioteca Bem Viver); Otávio José Zini Vieira (Titular/Amigos e Tribos); Thomas Herman Sant'Ana Maciel (Titular/Coopermar) e Giovan Nardelli (Titular/ACAD). Contando com a participação de **outros representantes**: Eliz Marine Wiggers (CRP 12) e Claudemir Gonçalves (CRP 12). Presidente Otávio dá início à reunião com a seguinte **pauta**: 1. Destituição de entidades faltosas; 2. Posse das entidades suplentes; 3. Formação das comissões; 4. Denúncia recebida; 5. Relato do Presídio. No que diz respeito ao primeiro item da pauta, referente à Destituição de entidades faltosas, Presidente Otávio informa que, por faltas, duas entidades tiveram que ser excluídas, pois conforme Regimento Interno são três faltas consecutivas ou quatro alternadas e as entidades tem mais de quatro faltas a reuniões ordinárias, sem justificativas, PAIS e Mães pela Diversidade. Informa que tinha uma entidade já inscrita para o próximo pleito e já entrou tomando posse hoje, o Conselho Nacional de Psicologia - 12, que é de Santa Catarina, e tem mais uma vaga, para o qual solicita que, se algum conselheiro conhecer alguma entidade da sociedade civil que tenha no seu Estatuto Social explícito a Defesa dos Direitos Humanos, que ela se inscreva na Casa dos Conselhos. Logo lembra a todos que as justificativas sempre devem ser feitas por e-mail. No que diz respeito à **posse da entidade suplente**, informa que logo irá sair o certificado e será publicado o Edital correspondente. Passa-se então ao **quarto item da pauta** referente à **Denúncia recebida**. Presidente Otávio informa que teve uma denúncia recebida, sobre violência contra catadores, para o qual perguntou ao conselheiro Thomas se tinha conhecimento dos fatos e ficou aguardando resposta. Conselheiro Thomas informa que conversou com os catadores, os quais colocaram que estão tomando os carrinhos deles e exigindo que eles regulamentem e entrem em contato com a Prefeitura para pagar a multa para recuperar o carrinho. Para isto Thomas sugere chamar alguém da Prefeitura para estar explicando essa situação. Presidente Otávio informa que algumas denúncias recebidas alegam que quem fez esse recolhimento foi a Guarda Municipal. Conselheiro Paulo esclarece que compete ao FUMTRAN (Fundo Municipal de Trânsito) e que por lei, são eles os responsáveis pela organização dos catadores. Conselheiro Thomas cita alguns pontos considerados zona vermelha com proibição da circulação dos carrinhos no centro. Conselheiro Paulo informa que os carrinhos tem uma medida padrão e que estão recolhendo aqueles fora do padrão e os carrinhos que foram furtados de supermercados. Presidente Otávio explica que está trazendo esta denúncia ao conselho pois recebeu as fotos mas não tem o contexto deles. Em resposta aos questionamentos dos conselheiros é informado que o local é na Rua Palestina nas proximidades da Rua México. Conselheira fala que a Palestina é muito estreita e da dificuldade dos catadores e ciclistas circulando na rua. Presidente Otávio explica que a fiscalização não rompe nenhuma legalidade, e que é devida à lei vigente, e questiona se há alguma coisa relatada pelos catadores. Thomas manifesta que o que deveria ser feita é uma alteração na programação de atuação em cima disso. Afirma que existe a lei mas que os catadores algumas vezes não são avisados e também concorda, conforme colocação feita por uma das conselheiras, que alguns fazem uso do álcool em horário de trabalho, mas acredita que a fiscalização deveria ser mais branda, devendo ser alertado e convidado a se retirar do centro, pelas vias corretas, mas o que está acontecendo é a apreensão do carrinho e recolhimento do material que é o único meio de arrecadação de renda dessas pessoas e alguns deles são pais de família. Presidente Otávio manifesta que tem ciência que nem todos os catadores estão cadastrados e que pela atual conjuntura política e econômica do país e do município há falta de oportunidades e eles podem começar sem saber as regras. Conselheiro Paulo informa que muitas vezes eles param eles e explicam para que regulamentem mas que



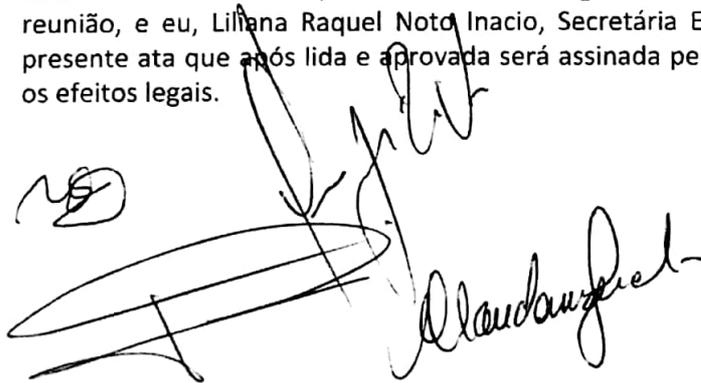
alguns deles têm passagem pela polícia e para o cadastramento precisa da ficha corrida então alguns deles realmente não querem. Presidente Otávio fala dos elogios recebidos a respeito da atuação da Inclusão Social, e questiona se alguns deles sabem de algum excesso da parte da Guarda Municipal, para saber se há necessidade de chamar o Gestor para conversar. Thomas manifesta que não vê abuso por parte deles mas que a atuação dos catadores é muito importante e deve ser incentivada. Presidente sugere, já que não há necessidade de se chamar o Secretário de Segurança, que se pense numa alteração dessa lei ou sugestão de lei para apresentar aos Vereadores. Conselheira questiona se o objetivo é uma capacitação, para o qual Paulo afirma que seria para uma padronização, das pessoas com colete e uma placa independente de qual cidade sejam pois, estando aqui no município têm que se adequar. Thomas fala da gestão organizada da reciclagem no município. Na continuidade passa-se ao **terceiro item da pauta**, referente à **Formação das Comissões**. Otávio explica que são quatro comissões permanentes e uma comissão temporária que foi decidida em reunião e procede à leitura do trecho da lei do conselho que fala a respeito das comissões. Após, são formadas as comissões. a) Comissão de **Normas, Regulamentos e Inscrições**: Taísa (PROCURADORIA), Giovan (ACAD), Retijane (ACESA), Otávio (AMIGOS E TRIBOS), Thomas (COOPERMAR), Talita (OAB); b) Comissão de **Políticas Básicas e Garantia de Direitos**: Otávio (AMIGOS E TRIBOS), (CRP), Victor, Monalisa (SAÚDE), Talita (OAB), (Biblioteca Bem Viver), Thomas (COOPERMAR); c) Comissão de **Acompanhamento de Projetos**: Paulo Roberto (SDIS), Talita (OAB), Otávio (AMIGOS E TRIBOS), (CRP); d) Comissão de **Comunicação e Mídia**: Tatiane (EDUCAÇÃO), (Biblioteca Bem Viver), (CRP). Após, conselheira Eliz solicita à Casa dos Conselhos o encaminhamento do Regimento Interno aos conselheiros via e-mail. Na sequência, Presidente Otávio fala da comissão temporária e informa que não há limite quanto ao número de participantes nessa comissão, e que é para tratar o assunto da reciclagem de resíduos sólidos na Cooperativa e dos trabalhos feitos e que devem ser feitos, para apresentar soluções para essa problemática. Composição da **comissão temporária**: ACESA, Biblioteca Bem Viver, Thomas (Coopermar), Monalisa (Saúde), Otávio (Amigos e Tribos), Talita (OAB). Na continuidade, Presidente Otávio fala da importância da participação dos conselheiros nas reuniões ordinárias e extraordinárias e em relação às comissões, caso precisem realizar uma reunião presencial, podem marcar aqui na Casa dos Conselhos. É solicitado ao Presidente o encaminhamento das comissões no grupo de whatsapp, o qual irá organizar e encaminhar. Conselheira Retijane informa que ontem no final do dia a titular da ACESA, Marisa Zanoni Fernandes, entrou em contato para lhe comunicar da sua impossibilidade de comparecimento a esta reunião, e por este motivo ela teve que adiar os compromissos de sua agenda como advogada. Sugere que cada titular possa ter dois suplentes. Presidente esclarece que para isso deve ser feita uma alteração no Regimento Interno, para o qual deverá ser feita a Proposta para alteração e terá que ser colocada para votação numa reunião extraordinária. É lembrado que as reuniões ordinárias acontecem toda terceira terça-feira de cada mês. Logo, passa-se ao **quinto item da pauta** referente ao **Relato do Presídio Feminino**. Presidente passa a palavra à conselheira que trouxe as informações referentes ao presídio, a qual informa que o Conselho da Comunidade, o qual trabalha juntamente com o Judiciário, nas questões dos apenados, dos detentos, convocou para ter um representante titular e um suplente de cada conselho, e no dia, a mesma representou o CMDH. Relata que foi feita a visita ao Presídio feminino em Itajaí e constataram algumas situações que as apenadas estão passando: a) O ESPAÇO: o presídio é um prédio de 1980 que foi construído para ser presídio masculino, e hoje atende as mulheres e é pequeno. A parte nova, para serem transferidas, está sendo construída na Canhanduba e não se tem previsão de finalização, para o qual deve ser feita uma cobrança por parte do Conselho dos Direitos Humanos via ofício; b) Hoje elas têm duas oficinas onde elas trabalham, tendo as que estão em regime semi-aberto sendo que elas saem e trabalham e voltam e teria mais entidades para oferecer trabalho para possibilitar a redução de pena mas não tem local suficiente; c) Hoje contam com ginecologia, técnica bucal, que atendem todas elas, numa parte separada; d) tem algumas outras questões pendentes como, o fato delas terem somente até o Ensino Fundamental, que podem fazer lá, sendo que hoje na parte masculina na Canhanduba os

COA

PI

Eliz

apenados podem fazer Pós-Graduação. Explica que por uma questão de espaço hoje elas não podem ter aula. e) Tem a parte do incentivo à leitura. As entidades que visitam, visando proporcionar a diversidade religiosa. f) O local de visita é bem precário e elas lavam as panelas na rua. Conselheira fala da falta de material e da posição de Balneário Camboriú, enquanto a não querer encaminhar verba para lá, mesmo havendo detentas naquele local, alegando que vem do Governo Federal, mas explica que essa verba vem para o Município de Itajaí, sendo distribuída para tudo que Itajaí precisa. Informa que também tem mulheres de muitas outras cidades como Blumenau e Brusque e o judiciário e os municípios não estão provendo a verba necessária para que eles continuem mandando. g) No que diz respeito aos alvarás de soltura, às vezes são dados à meia noite, uma ou duas horas, sendo que os homens têm a Casa de Passagem e elas às vezes vão, e as passagens para elas irem embora quem está providenciando é Itajaí. Eles pedem ajuda para o conselho. Finalmente Conselheira irá passar no grupo a agenda de reuniões do Conselho da Comunidade e fala das visitas que devem realizar todo mês na penitenciária dando o feedback para o judiciário. Fala também do Projeto para que venha verba do Judiciário para fazer a Central de Penas Alternativas. Presidente Otávio pergunta se existe algum representante do Conselho Estadual, para o qual conselheira informa que não estava lá mas que tem e que esse representante vai trazer o projeto da Central de Penas. Presidente Otávio esclarece que se trata de um assunto da competência Federal e no máximo Estadual e o que pode ser feito é encaminhar uma solicitação à Prefeita no sentido de sensibilizá-la da mesma forma em que ela tenta sensibilizar os outros municípios na questão do Hospital Ruth Cardoso. Acrescenta que pode entrar o município, mas que a questão do Presídio não é municipal. Conselheira explica que o conselho da Comunidade vai lá, faz a visita e relata os problemas que tem, tanto para o Judiciário quanto para o município, pois esse conselho tem que prestar contas das atividades para a Promotoria. Presidente Otávio afirma que eles vão enquanto Conselho da Comunidade. Conselheira sugere que o Conselho Municipal dos Direitos Humanos contribua com a fiscalização, para o qual Presidente Otávio esclarece que isso seria extrapolar a nossa jurisdição, pois podemos atuar desde que haja um desrespeito aos Direitos Humanos, mas enquanto for uma questão administrativa, nós não podemos intervir. Após sanadas as dúvidas dos conselheiros a respeito da superlotação e da existência de Conselho da Comunidade de cada município, conselheira fala a respeito da segurança no Presídio enquanto às visitas, no que se refere à passagem pelo scanner e à renovação da carteirinha, e dos casos em que não é permitida a entrada para visita. Conselheira fala da reclamação das detentas pelo fato de não estarem recebendo absorventes e estão tentando ver uma forma de suprir as necessidades básicas delas lá dentro. Logo, não havendo mais nada a ser tratado, Presidente Otávio agradece a todos os presentes e dá por encerrada a reunião, e eu, Lilliana Raquel Noto Inacio, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.



p/ Carlos Eduardo Custans

